Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020

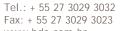
CMO/MF/MNP 2850/22

CAMPANHA LATINO AMERICANA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO - CLADE BRASIL
Demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020
Conteúdo
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
Balanços patrimoniais
Demonstrações do superávit (déficit)
Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa



www.bdo.com.br

Rua José Alexandre Buaiz 190 Enseada do Suá - Vitória, ES Brasil 29050-918



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBFIS

Ans Administradores da Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação São Paulo - SP

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação ("Entidade"), em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidades de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Limitação na Rubrica "Impostos Dívida Ativa"

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13 às demonstrações contábeis, A Entidade possui registrado na Rubrica "Impostos divida ativa", no passivo não circulante, o montante de R\$ 253.332. Contudo, a Diretoria da Entidade não disponibilizou elementos suficientes que comprovassem a existência e a realização do respectivo montante. Desta forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre o respectivo montante, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidade da Diretoria pela auditoria das demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidades de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 13 de junho de 2022

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/0-1 - S - RJ

Cristiano Mendes de Oliveira Contador CRC 1 RJ 078157/0-2

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

			Passivo e patrimônio líquido			
Nota				Nota		
explicativa	2020	2019		explicativa	2020	2019
			Circulante			
4	42.830	49.301	Fornecedores	9	71.691	20.543
5	1.823.223	833.789	Obrigações trabalhistas	10	156.146	391.627
6	1.757	2.221	Obrigações fiscais	11	4.331	24.552
7	87.410	236.210	Projetos a executar	12	1.909.253	1.116.509
	1.955.220	1.121.521	Impostos dívida ativa	13	253.332	<u>-</u>
					2.394.752	1.553.231
			Não circulante			
			Projetos a executar	12	558.622	689.694
5	558.622	689.694			558.622	689.694
8	1.340	3.219	Patrimônio Líquido	14		
	559.962	692.912	Patrimônio social		(438.193)	(428.491)
				_	(438.193)	(428.491)
<u>-</u>	2.515.182	1.814.434	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>-</u>	2.515.182	1.814.434
	explicativa 4 5 6 7	explicativa 2020 4 42.830 5 1.823.223 6 1.757 7 87.410 1.955.220 5 558.622 8 1.340 559.962	explicativa 2020 2019 4 42.830 49.301 5 1.823.223 833.789 6 1.757 2.221 7 87.410 236.210 1.955.220 1.121.521 5 558.622 689.694 8 1.340 3.219 559.962 692.912	Nota explicativa 2020 2019 Circulante Fornecedores Obrigações trabalhistas Obrigações fiscais Projetos a executar Impostos dívida ativa	Nota explicativa 2020 2019 Circulante 4 42.830 49.301 Fornecedores 9 5 1.823.223 833.789 Obrigações trabalhistas 10 6 1.757 2.221 Obrigações fiscais 11 7 87.410 236.210 Projetos a executar 12 1.955.220 1.121.521 Impostos dívida ativa 13 Não circulante Projetos a executar Projetos a executar 12 Não circulante Projetos a executar Patrimônio Líquido 14 Patrimônio social Patrimônio social 14	Nota explicativa 2020 2019 Circulante

Demonstrações do déficit do período Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Receitas sem restrição			
Projetos e convênios	15	2.248.566	1.839.994
Próprias		31.457	9.106
Custos das atividades	16	(1.848.046)	(1.608.521)
Superávit bruto		431.977	240.579
Outras receitas Receitas financeiras	18	2	17
		2	17
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	17	(244.640)	(152.907)
Serviços de terceiros		(32.452)	(13.276)
Despesas financeiras	18	(164.588)	(87.775)
Resultado operacional		(441.680)	(253.958)
(Déficit) Superávit do exercício		(9.701)	(13.362)

Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020	2019
(Déficit) Superávit do exercício	(9.701)	(13.362)
Outros resultados abrangentes	-	-
	(9.701)	(13.362)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit)	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(415.129)	-	(415.129)
Déficit do exercício	-	(13.362)	(13.362)
Transferência para o Patrimônio Social	(13.362)	13.362	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(428.491)	-	(428.491)
Déficit do exercício	-	(9.701)	(9.701)
Transferência para o Patrimônio Social	(9.701)	9.701	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(438.193)	-	(438.193)

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das Atividades Operacionais		
Déficit do exercício	(9.701)	(13.362)
Ajustes que não representam entrada ou saída de caixa e equivalentes		
Depreciação	1.879	3.543
	(7.822)	(9.819)
Aumento líquido/(redução) nos ativos e passivos		
Recursos vinculados a programas	(989.433)	(465.578)
Adiantamentos	148.800	(113.262)
Fornecedores	51.148	(11.748)
Obrigações trabalhistas	(235.482)	21.264
Obrigações fiscais	(20.221)	(212)
Projetos a executar	792.743	624.290
Impostos a recuperar	464	-
Impostos dívidas ativas	253.332	-
Caixa e equivalentes de caixa consumido /(gerado) proveniente das atividades	(6.471)	44.935
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Adição de ativo imobilizado	-	-
Caixa Iíquido consumido proveniente das atividades de investimentos	-	-
Redução/(aumento) líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa	(6.471)	44.935
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.301	4.366
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42.830	49.301
Redução/(aumento) líquida(o) de caixa e equivalentes de caixa	(6.471)	44.935

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

1. Contexto operacional

A Campanha Latino Americana pelo Direito à Educação - CLADE BRASIL é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos e sem filiação partidária ou religiosa, fundada em 23 de julho de 2010, tendo como finalidade: contribuir para a defesa do direito à educação pública, gratuita e de qualidade para todos(as). Sua missão é a de promover o debate e desenvolver iniciativas para a construção de uma agenda latino-americana para a educação, estimulando processos de incidência nas políticas educativas e fortalecendo a sociedade civil no Brasil e nos países da região.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Diretoria da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), estando em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Entidade por se tratar de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Entidades sem finalidade de lucros e Interpretação Técnica Geral - ITG 2002, bem como pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que dispõem sobre a certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social.

A emissão dessas demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria em 13 de junho de 2022.

3. Resumo das principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

Apuração das receitas e despesas

As receitas e despesas estão sendo registradas pelo regime de competência.

O superávit/déficit referente às atividades da Associação é incorporado ou absorvido pelo patrimônio social somente ao término de cada exercício social.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Diretoria use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e a provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Associação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda que melhor reflete a situação das poerações da Entidade e designada como moeda funcional é o Real Esta também é moeda de apresentação.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento.

Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Caixa e equivalentes de caixa

Na rubrica de caixa e equivalentes de caixa, estão registrados os saldos do fundo fixo e de banco conta movimento. Estes saldos apresentam liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudanças de valor.

Ativos circulantes e não circulantes

Estão apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço.

Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido por depreciação calculada com base em taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, pelo método linear.

Passivo circulante

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

Demais provisões

Provisões são reconhecidas no balanço quando a Entidade possui obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

Obrigações tributárias

A Clade é uma entidade sem fins lucrativos e, portanto, goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97.

4. Caixa e equivalentes de caixa

2020	2019
10.912	17.268
31.918	32.033
42.830	49.301
	10.912 31.918

5. Recursos vinculados a programas

	2020	2019
Circulante		
Campanha Global pela Educação (CGE) (i)	-	191.535
Saih (ii)	-	21.855
IBIS (iii)	506.452	303.959
Educo (iv)	464.449	316.441
Eol - Oc1 (v)	852.322	
	1.823.223	833.789
Não circulante		
Oxfam Ibis Denmark (iii)	-	359.766
Educo (iv)	-	329.928
EoI - Oc1 (v)	558.622	
	558.622	689.694
	2.381.845	1.523.483

⁽i) O acordo constitui um contrato entre a Campanha Global pela Educação (GCE) e a CLADE, onde a CLADE atuará como Secretaria Regional do Fundo de Educação da Sociedade Civil na Região América Latina e Caribe. A CLADE será responsável perante a GCE, uma vez que desempenha o papel de Secretariado Regional de acordo com o plano de implementação acordado que descreve as atividades e marcos para o programa. O objetivo geral do programa é influenciar a mudança política, especialmente em torno da educação, com ênfase em financiamento da educação, inclusão, equidade, qualidade e aprendizagem e responsabilidade perante o global e o nacional objetivos de educação.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

- (ii) A SAIH e a Clade produzirão, por meio de documentação e análise de dados, um relatório que demonstrará as violações e abusos de direitos sofridos por universitários e estudantes universitários em países da América Latina e do Caribe. Isso contribuirá para aumentar a visibilidade e a justiciabilidade das violações dos direitos dos estudantes e da criminalização na região da América Latina, pelo menos em três países. Ele também alimentará um banco de dados mais amplo, atualmente em construção no SAIH, que incluirá informações sobre a extensão e a gama de violações enfrentadas por estudantes em todo o mundo. O relatório é parte de uma colaboração entre SAIH e CLADE, que visa fortalecer redes de estudantes, acadêmicos e ativistas da sociedade civil que se esforçam para alcançar a educação e os direitos humanos e a liberdade acadêmica, em todo o continente latino-americano, e para promover iniciativas conjuntas a nível nacional, regional e internacional.
- (iii) Convenio firmado entre a Campanha Latino Americana pelo Direito a Educação CLADE e Oxfam-Ibis Dinamarca em 2018 com vigência até 2021, onde Oxfam-Ibis apoiara a CLADE na implementação do projeto "Influenciando governos e doadores para implementar a agenda ODS4", com foco particular em meninas e grupos marginalizados, como parte do avanço do objetivo central da CLADE, que é a promoção da educação como direito humano fundamental, por meio das linhas de ação que a Clade vem apresentando nos últimos anos, através de financiamentos das ações acordadas no contrato.
- (iv) Esta iniciativa se apresenta como uma continuidade e ampliação do Projeto Direito a uma Educação Decente para a Primeira Infância (Projeto 1788), fruto da colaboração entre a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE) e a Fundação Educação e Cooperação (EDUCO).
 - A nova etapa aqui apresentada, prevista para os próximos dois anos (2019-2020), baseiase nestas iniciativas e visa desenvolver um processo eficaz de incidência política para a promoção de um maior reconhecimento e concretização do direito humano à educação infantil na América Latina e Caribe.
- (v) Convenio firmado entre a Campanha Latino Americana pelo Direito a Educação CLADE e Oxfam-Ibis Dinamarca em 2020. Tem por objetivo fortalecer diretamente as coalizões nacionais de educação membros da CLADE na Bolívia, Haiti, Honduras e Nicarágua - e indiretamente toda a rede CLADE - em seus processos de desenvolvimento institucional e incidência política em favor do direito à educação.

Impostos a recuperar

	·	2020	2019
	Pis a recuperar	1.757	2.221
7.	Adiantamentos	2020	2019
	Adiantamento a Fornecedores	87.410 87.410	236.210 236.210

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

8. Imobilizado

		2019		2	2020	
	% Taxa de	Valor				Valor
Descrição	depreciação	residual	Adições	Baixas	Depreciação	residual
Móveis e Utensilios	10	1.117		-	(653)	464
Equip. de computação	20	2.102	-	-	(1.226)	876
	_	3.219	-	-	(1.879)	1.340

9. Fornecedores

	2020	2019
Serviços	152	9.810
Outros	71.539	10.733
	71.691	20.543

10. Obrigações trabalhistas

5 3	2020	
INSS	60.885	300.594
FGTS	14.113	6.276
PIS sobre folha de pagamento	-	5.353
Contribuição Sindical	4.348	4.348
IRRF a recolher	18.618	32.260
Provisões de férias	58.182	42.796
	156.146	391.627

11. Obrigações fiscais

	2020	2019
IRRF Terceiros	1.909	5.697
ISS terceiros	2.422	329
INSS Terceiros	-	12.446
CSRF a recolher	-	6.080
	4.331	24.552

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

12. Projetos a executar

Registram os recursos recebidos pelas entidades de cooperação internacional mantenedoras da Entidade, as quais enviam subsídios para a realização de suas despesas-fins e suas despesas complementares, como se seque:

	2020	2019
Circulante		
Unicef (i)	-	15.412
Campanha Global pela Educação (CGE) (ii)	-	191.535
Oxfam IBIS Denmark (iii)	506.452	357.982
Saih (iv)	-	27.864
EDUCO (v)	498.347	523.718
EOL - OC1 (vi)	904.454	
	1.909.253	1.116.509
Não circulante		
Oxfam Ibis Denmark (iii)	-	359.766
EDUCO (v)	-	329.928
EOL - OC1 (vi)	558.622	
	558.622	689.694
	2.467.875	1.806.203

- (i) Unicef: Contrato celebrado com objetivo de compreender a partir das reivindicações dos jovens e adolescentes que estão dentro ou fora da escola qual seria a Educação secundária que responderia às suas necessidades e aspirações";
- (ii) Campanha Global pela Educação (GCE): O acordo constituído tem como objetivo influenciar a mudança política, especialmente em torno da educação, com ênfase em financiamento da educação, inclusão, equidade, qualidade e aprendizagem e responsabilidade no âmbito global e nacional;
- (iii) Oxfam Ibis Denmark: O objetivo da parceria com o Oxfam Ibis Denmark é contribuir para alcançar o desenvolvimento sustentável, garantindo uma educação de qualidade inclusiva e equitativa, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. O programa contribuirá com debates sobre políticas de educação em nível nacional, regional e global, de modo que os governos levem em consideração as recomendações e propostas da sociedade civil para o alcance de uma educação pública de qualidade, contextualmente, relevantes, priorizando os segmentos sociais mais pobres e marginalizados e promovendo uma prestação de contas transparente dos gastos.
- (iv) Saih: O projeto contribuirá para o aumento da visibilidade das violações dos direitos dos estudantes, criminalização e redução da liberdade acadêmica na região da América Latina, com ênfase em pelo menos três países (Nicarágua, Colômbia e México).
- (v) Educo: Contrato celebrado entre a Clade e a Fundação de Educação e Cooperação (EDUCO) para firmar o projeto "Direito a uma educação infantil digna" com o objetivo de contribuir para exercício do direito à educação e os cuidados às crianças na américa latina e caribe.
- (vi) EOL OC1:Convenio firmado tem por objetivo fortalecer diretamente as coalizões nacionais de educação membros da CLADE na Bolívia, Haiti, Honduras e Nicarágua e indiretamente beneficiar toda a rede CLADE em seus processos de desenvolvimento institucional e incidência política em favor do direito à educação.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

13. Impostos Divida Ativa

Foram transferidos para divida ativa impostos federais em aberto, os quais serão parcelados junto a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional para sua regularização

	2020	2019
Previdenciarios	203.979	-
Não previdenciarios	49.353	-
	253.332	

14. Patrimônio social

O patrimônio social é constituído pelas contribuições totalmente integralizadas, acrescido ou diminuído, respectivamente, do superávit ou déficit inerente às atividades da Entidade, apurado ao término de cada exercício social.

15. Projetos e convênios

Registram os recursos recebidos das agências de cooperação internacional, as quais enviam subsídios para a realização de suas despesas fins e suas despesas complementares:

	2020	2019
Campanha Global pela Educação (GCE)	167.201	804.689
Aaea	479.986	108.610
Ibis	462.917	442.445
Unicef	15.412	80.344
Educo	573.546	224.894
Ligh For The Word	-	17.008
SAIH	51.149	162.004
EOL - OC1	498.355	
	2.248.566	1.839.994

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

16. Custos das atividades

Refere-se as aplicações de recursos recebidos para financiamento de projetos de desenvolvimento de iniciativas para construção de uma agenda latino-americana para a educação, estimulando processos de incidência nas políticas educativas para fortalecer a sociedade civil no Brasil e nos países da região, conforme quadro demonstrado a seguir:

	2020	2019
Despesas com pessoal	(322.964)	(321.382)
Produção de textos, estudos e pesquisa (1)	(1.221.565)	(754.984)
Materiais graficos e comunicação	(171.191)	(128.664)
Reuniões e eventos	(112.536)	(42.169)
Viagens e transportes	(19.790)	(361.322)
	(1.848.046)	(1.608.521)

⁽¹⁾ Por conta da pandemia, devido a falta de possibilidade de viagens em 2020 o recurso destinado ao projeto foi realocado para utilização em estudos e pesquisas. Além deste fato, 2020 foi ano de assembléia, que justifica aumento nesta rubrica.

17. Despesas gerais e administrativas

2020	2019	
(53.894)	(61.944)	
(8.793)	(24.963)	
(180.074)	(62.457)	
(1.879)	(3.543)	
(244.640)	(152.907)	
	(53.894) (8.793) (180.074) (1.879)	

⁽¹⁾ Em 2020 foi baixado os adiantamentos a fornecedores referente a prestações de serviços executados que estavam em aberto.

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

18.	Resultado financeiro, líquido	2020	2019	
	Receitas financeiras			
	Rendimento de aplicação financeira	2	17	
			17	
	Despesas financeiras			
	Juros	(1.032)	(4.073)	
	Multas	(1.762)	(271)	
	Despesas de cambio	(131.135)	(49.363)	
	Despesas bancarias	(30.659)	(30.376)	
	Outras despesas	-	(3.691)	
		(164.588)	(87.775)	
		(164.586)	(87.758)	

⁽i) A Clade é uma associação sem fins lucrativos que atua diretamente com financiadores do Exterior para manter os programas da Entidade. Portanto essa transação gera despesas de câmbio para conversão da moeda, e além disso reflete em despesas bancárias que são descontadas na operação.

19. Contingências

Em 31 de dezembro de 2020, a Entidade não possui processos judiciais com probabilidade de perda provável, possível e remota.

20. Quocientes patrimoniais

		2020	2019
Liquidez imediata	_		
Caixa e equivalentes de caixa	42.830	0,02	0,03
Passivo circulante	2.394.752		
Liquidez corrente			
Ativo circulante	1.955.220	0,82	0,77
Passivo circulante	2.394.752	0,02	0,,,
r district characters	2.074.702		
Liquidez geral			
Ativo circulante + não circulante	2.515.182	0,85	0,81
Passivo circulante + não circulante	2.953.374		
lmobilização de capital de giro			
Imobilizado	1.340	0,001	0,01
Patr. social + passivo circulante	1.956.560	0,001	0,01
ruti. social i pussivo circularite	1.750.500		
lmobilização corrente do capital próprio			
Imobilizado	1.340	0,00	-0,01
Patrimonio social	(438.193)		

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em Reais)

21. Isenção IRPJ

A Entidade, por sua finalidade e objetivos e, mediante artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), não está sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. A organização apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica.

22. Instrumentos financeiros

Nos exercícios de 2020 e 2019, a Entidade não participou e, tampouco, manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, a não ser aqueles constantes das demonstrações contábeis, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas.

23. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Entidade.